



Sumário

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	16
3 Domínio da ortografia oficial.....	43
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	56
4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras.....	81
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	163
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.....	189
5.5 Concordância verbal e nominal.....	200
5.6 Regência verbal e nominal.....	221
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.....	234
5.8 Colocação dos pronomes átonos.....	243
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	250
7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.....	271

Legislação e Ética no Serviço Público

1 Ética e moral.....	1
2 Ética, princípios e valores.....	9
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.....	11
4 Ética e função pública.....	14
5 Ética no Setor Público. 6 Decreto nº 1.171/1994.....	17
Lei nº 8.429/1992. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Atos de improbidade administrativa.....	31
5 Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999): conceito, princípios, fases e modalidades.....	39
Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011.....	57
Decreto nº 7.724/2012.....	74
Resolução CFP nº 03/2007: consolidação das resoluções do CFP.....	92

Noções de Direito Constitucional

1 Constituição. 1.1 Conceito, classificações, princípios fundamentais.	1
2 Direitos e garantias fundamentais. 2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos.	12
3 Administração Pública. 3.1 Disposições gerais, servidores públicos.	56

Conhecimentos Específicos

Lei nº 4.119/1962: Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo;	1
Lei nº 5.766/1971: Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências;	4
Lei nº 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);	10
Lei nº 10.741/2003: Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;	65
Lei nº 10.216/2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;	83
Lei nº 6.839/1980: Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões;	89
Lei nº 8080/90: Sistema Único de Saúde (SUS);	89
Lei nº 8.742/ 1993: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),	103
Lei 11.340/2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha);	117
Lei 13.146/2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);	129
Lei nº 12435/2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	158
Decretos: Decreto nº 53.464/1964: Regulamenta a Lei nº 4.119/1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo;	166
Decreto nº 79.822/1977: Regulamenta a Lei nº 5.766/1971, que criou o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.	170
Resoluções CFP: Resolução CFP nº 10/2005: Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo;.....	177
Resolução CFP nº 010 /2017: Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia;	184
Resolução CFP nº 06/2007: Institui o código de processamento disciplinar;	190
Resolução CFP 03/2007: Consolidação das Resoluções do CFP;	206
Resolução CFP nº 07/2003: institui o Manual de Elaboração de Documentos produzidos pelo psicólogo decorrentes de Avaliações Psicológicas;	221
Resolução CFP nº 13/2007: Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro;	230
Resolução CFP nº 18/2008: Dispõe sobre o trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo;	247
Resolução CFP nº 2/2009: Altera a resolução nº 18/2008;	248
Resolução nº 7/2009: Institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito;	249
Resolução CFP nº 007/2016: Institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos éticos no Sistema Conselhos de Psicologia.	254
Resolução CFP nº 003/2016 - Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título de Especialista em Psicologia;	262
Resolução CFP n.º 002/2016: Regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP Nº 001/2002.	263
Resolução CFP nº 008/2010: Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário;	266
Resolução CFP nº 01/2009: Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos;	270

Resolução CFP Nº 02/2003: Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos;	274
Resolução CFP nº 018/2002: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial;	282
Resolução CFP nº 01/1999: Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual;	283
Resolução CFP nº 11/2012: Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental; e todas as atualizações ou substituições das legislações citadas. Sites para consulta: http://www.crppe.org.br e http://site.cfp.org.br	285
Outros: Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil (CBO – Catálogo Brasileiro de Ocupações).....	289
Nota Técnica nº 01/2017 – CFP.	295
Nota Técnica nº 001/2016 – CONPAS/CFP.	295
Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans – 2013.....	304
Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU);	306
Resolução MS/CNS nº 466/12: aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.	318
Resolução CNS 218/97: Reconhece como profissional de saúde de nível superior a categoria de Psicólogo.	329
Portaria MS 1271/2014: Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. ...	331